

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR

PAUTA: Verificação de quorum; Posse de novos Conselheiros; Leitura do Expediente; Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do CERH/PR; Aprovação da Mesa Diretora Provisória do Comitê das Bacias do Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4; Aprovação de alteração do § 1º do art. 22 da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, referente a aporte de recursos financeiros ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (retirado de pauta); Aprovação de alteração do art. 34 da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, referente à composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (retirado de pauta); Proposta de substituição da Resolução nº 48 CERH/PR, de 20 de dezembro de 2006; Referendo da Plenária do CERH/PR de indicação dos Subprogramas prioritários, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 70 CNRH, de 19 de março de 2007; Apresentação do planejamento da expansão do setor elétrico e o aproveitamento do potencial hidráulico no Estado do Paraná; Apoio à realização do IX Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2007 em Foz do Iguaçu/PR; Apresentação das publicações “Série Bacias Hidrográficas do Paraná” e “Entendendo Mudanças Climáticas”; Assuntos Gerais; e Encerramento.

Aos 12 dias de julho de 2007, às 14:00 horas, na Sala dos Conselhos do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros Titulares WALDIR PAN da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, JOÃO LUIZ BRITO VALENTE da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, EDUARDO SALAMUNI da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, ÉRIKA KUWAKI da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, DARCY DEITOS da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, BENNO HENRIQUE WEIGERT DOETZER da EMATER, ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, HELOÍSA BOT BORGES da Procuradoria Geral do Estado – PGE, ALBERTO BACCARIN da Prefeitura Municipal de Ibiporã, CLÁUDIO APARECIDO ALVES PALOZI da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, HUGO BERTI da Prefeitura Municipal de Moreira Sales, MANOEL MOISÉS F. DE QUEIROZ da UNIOESTE, REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/PR, RAFAEL FERREIRA FILIPPIN da Liga Ambiental, ANGELITA KRAVUTSCHKE da APONG, MARIA ARLETE ROSA da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, RAUL MUNHOZ NETO da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, e dos Conselheiros Suplentes, ANTONIO RICARDO LORENZON da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, CELSO LUIZ RUBIO da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, MOACIR EURIPEDES MEDRI da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, JOCELY MARIA THOMAZONI LOYOLA da Companhia Paranaense de Habitação – COHAPAR, CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, VALTER FANINI da Coordenação da Região

Metropolitana de Curitiba – COMEC, ADEMAR KLEIN da Prefeitura Municipal de Altamira, CÉLIO PINTO DE CARVALHO da Prefeitura Municipal de Lunardelli, PAULO CESAR MEDEIROS do CEDEA e GUNTOLF VAN KAICK da OCEPAR; e dos convidados FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI do Ministério de Minas e Energia – MME, ADRIANA MALINOWSKI, DIONE MEGER, ENÉAS SOUZA MACHADO, BEATRIZ PAOLA, OLGA R. R. POLATTI, GUSTAVO FERNANDO SCHMIDT, JANAINA CASSIA CAMPOS, GABRIEL ALMEIDA e WAGNER LUIZ KRELING da SUDERHSA, ALLAN JONES SANTOS, THEO MARÉS DE SOUZA e MAURI CEZAR BARBOSA PEREIRA da SEMA, ERIVELTO SILVEIRA da SANEPAR, ODAIR SANCHES da FAEP, ALEX DIAS DE AZEVEDO da TRACTEBEL ENERGIA, ROSIRLEY ZANARDO da Mesa Diretora das Bacias do Pirapó, Paranapanema 3 e 4, SOLANGE NASCIMENTO do Sindicato das Indústrias de Papel do Paraná e RENATO VIANA da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB. O Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES deu início à 11ª Reunião Ordinária do CERH/PR, saudando os Conselheiros e demais presentes, agradecendo o espaço físico cedido pela FIEP e também agradecendo a presença de todos, em especial a presença do Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, o Sr. Francisco Romário Wojcicki, convidado para fazer a apresentação sobre o planejamento da expansão do setor elétrico e o aproveitamento do potencial hidráulico no Estado do Paraná. Em relação à pauta do dia, solicitou a exclusão dos itens 6 e 7, referentes à revisão da lei estadual de recursos hídricos, esclarecendo que haveria uma reunião do Conselho específica para tratar dessa revisão, o que foi acordado por todos. Na seqüência, como **primeiro item de pauta – verificação de quorum**, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, disse contar com a presença de 22 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. A seguir, como **segundo item de pauta – posse de novos Conselheiros**, foram empossados os Conselheiros Vitor Hugo Burko do IAP, Benno Henrique Weigert Doetzer da EMATER, e Moacir Eurípedes Medri da SETI. Na seqüência, como **terceiro item de pauta – leitura do expediente**, o Presidente do CERH/PR solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura. O Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES passou ao **quarto item da pauta – aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária do CERH/PR**. O Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, da ABES, solicitou uma nova redação para o seu comentário sobre “perdas aceitáveis”, dizendo entender que esse assunto deverá ser definido na regulação do setor de saneamento, não cabendo, portanto, aos Comitês regular sobre perdas. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM solicitou correção do seu nome e o Conselheiro HUGO BERTI da Prefeitura Municipal de Moreira Sales solicitou correção do nome do seu Município. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL elogiou a qualidade da ata e o funcionamento do Conselho e em seguida pediu esclarecimentos quanto à indicação dos nomes dos integrantes da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu que as indicações foram feitas através da Resolução nº 51 do CERH/PR. O Sr. GABRIEL GINO ALMEIDA, coordenador da referida Câmara Técnica disse ter dúvidas da participação do Conselheiro Rafael Filippin na CTIL como convidado ou como suplente da APONG. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA lembrou que o Regimento Interno não prevê a figura de suplente, mas que na revisão do

Regimento Interno, em andamento, isso poderia ser trabalhado. O Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES disse da importância da leitura das atas, e, na seqüência, a colocou em votação, sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas. A seguir passou ao **quinto item de pauta – aprovação da Mesa Diretora Provisória do Comitê das Bacias do Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4**. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA explicou como havia sido o processo de solicitação de Comitês destas três bacias frente ao Conselho, e que após a edição da Resolução nº 49 do CERH/PR, de 20 de dezembro de 2006, foi definida que estas três bacias deveriam ser a área de abrangência de um único Comitê. Esclareceu que a instituição da Mesa estava sendo solicitada pelos três setores usuários mais significativos destas bacias, e que demais documentos exigidos pelo Decreto nº 2.315/00 já haviam sido analisados em reuniões anteriores do Conselho. Apresentou a proposta da Mesa Diretora (**anexo 1**) composta por representantes da Sociedade Civil, Usuários de Recursos Hídricos e Poder Público, acrescido de representantes da SANEPAR, SEMA e SUDERHSA, tendo como Presidente o representante da UEM, Sr. Paulo Fernando Soares, e como Secretário, o SR. Renato Antônio Dalacosta da SUDERHSA. O Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS mencionou que a ABES estava se estruturando no Estado conforme as Unidades Hidrográficas definidas no âmbito do Conselho, e que a instituição teria grande interesse em participar do Comitê. A seguir o Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, colocou em votação a Mesa Diretora, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência passou ao **sexto item de pauta – substituição da Resolução nº 48 CERH/PR** referente à Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Aspectos Legais – CTIL, e convidou o Sr. GABRIEL GINO ALMEIDA, coordenador da CTIL, para apresentar a nova minuta de Resolução, sendo que o mesmo esclareceu que as competências da Câmara Técnica foram ampliadas (**vide anexo 1**), em especial a atribuição de revisão do Regimento Interno do CERH/PR. O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL propôs uma alteração de redação de “examinar e revisar o Regimento Interno” para “examinar e propor alterações, quando couber”. A Conselheira ANGELITA KRAVUTSCHKE da APONG mencionou que não dispunha do Regimento Interno do CERH/PR e que teve dificuldades de acessá-lo no site do Conselho, e disse também ter dúvidas quanto à continuidade das pessoas designadas para esta Câmara Técnica, em função da revogação da Resolução anterior. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu que o Site do Conselho estava sendo totalmente reformulado e atualizado, e que em breve teríamos o mesmo disponibilizado com informações do Conselho, Comitês de Bacia e Agências de Bacia. Esclareceu ainda, que os membros da Câmara Técnica foram designadas pela Resolução nº 51 CERH/PR, e não pela Resolução nº 48 CERH/PR que estava sendo revogada. Colocado em votação, a Resolução foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas pelo Conselheiro da COPEL. O Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, passou ao **sétimo item de pauta – Referendo da Plenária do CERH/PR de indicação de subprogramas prioritários**, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 70 CNRH, de 19 de março de 2007, e solicitou à Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA que fizesse o encaminhamento. A mesma comentou que a referida Resolução elencava uma série de subprogramas prioritários, e que os Estados, através de seus Conselho Estaduais, deveriam priorizar três subprogramas. Esclareceu que nem no Paraná, nem nos demais

Estados da Federação houve tempo hábil para o encaminhamento aos respectivos Conselhos, e que a instrução foi de que fossem encaminhados os subprogramas prioritários do ponto de vista do órgão gestor de recursos hídricos, para posterior referendo do Conselho. Disse que a partir do próximo ano, os subprogramas deverão ser apreciados e priorizados pelo Conselho. Citou que os três subprogramas encaminhados foram: o plano de recursos hídricos e enquadramento de corpos d'água em classe de uso; a sustentabilidade econômica financeira da gestão de recursos hídricos; e a despoluição de bacias hidrográficas. Mencionou que em reunião posterior do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi editada a Resolução nº 71 CNRH, na qual, além destes três subprogramas encaminhados pelo Paraná, foram ainda selecionados mais três subprogramas prioritários a nível nacional, a saber: metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos; capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos; e apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Colocado em discussão, o Conselheiro RAFAEL FILIPPIN concordou que os subprogramas selecionados são os mais importantes, ressaltou a importância dos Planos de Bacia, no entanto, mencionou a necessidade de uma maior institucionalização do Sistema, em especial as instâncias já existentes (Conselho, Comitês e Câmaras Técnicas), que precisam se reunir com maior frequência. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES considerou pertinente as observações do Conselheiro e destacou a importância dos Comitês. Disse que teve a oportunidade de conhecer o Sistema de Comitês da França e da Flórida, e entende que esse sistema de gerenciamento é o caminho mais adequado para os recursos hídricos. Explicou que tanto na Flórida como na França, toda a drenagem pluvial é armazenada e depois percolada, não escoando, portanto, para os rios. Mencionou uma reformulação da SUDERHSA, para que a mesma trate exclusivamente da questão água. Mencionou que a SEMA estaria encaminhando mapas de todos os municípios aos respectivos Prefeitos para a elaboração de seus Planos Municipais de Recursos Hídricos, despertando nos municípios a importância desses recursos. Também, desta forma, criar algum mecanismo de sensibilização dos Comitês, que não têm sido utilizados na qualidade, urgência e importância que deveriam ter. Por outro lado, destacou a importância de estar sendo concluída a parte de diagnóstico do Plano de Bacia do Rio Jordão. Na sequência o Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA destacou que também estava sendo concluído o diagnóstico do Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, e que na sequência, seriam discutidos os cenários alternativos. Afirmou também que a Câmara Técnica de cobrança deste Comitê tem se reunido para discutir o tema. Disse que no Comitê da Bacia do Rio Jordão, a intenção era iniciar a cobrança pela água ainda no ano de 2007. Que na Bacia do Paraná III estava sendo assinado um convênio com a Itaipu Binacional para a elaboração do Termo de Referência do Plano de Bacia. E que, com a aprovação da Mesa Diretora do Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4, em breve estaríamos instalando mais um Comitê. Mencionou que as próximas Unidades Hidrográficas a serem contempladas são o das Bacias do Itararé, Cinzas, Paranapanema 1 e Paranapanema 2 e o das Bacias do Piquiri e Paraná 2, destacando que cada passo tem sido um trabalho imenso. O Conselheiro CLAUDIO PALOZI da Prefeitura de São Jorge do Patrocínio disse reconhecer que o Estado tem feito relevantes trabalhos na área ambiental, e que cabe aos municípios planejar as cidades para o futuro, e priorizar a execução de planos de recursos hídricos, de arborização, de resíduos sólidos, etc. Sugeriu que a SEMA

passa a exigir que os municípios façam os seus Planos Municipais de Recursos Hídricos, de forma a proteger as nascentes de futuros mananciais para abastecimento público, e destacou que a despoluição de bacias hidrográficas é muito mais complicada que fazer um trabalho preventivo. Mencionou ainda, que esses Planos seriam uma despesa adicional para os Municípios, e sugeriu que através de Consórcios fossem contratados técnicos preparados, diminuindo os custos. Propôs que os municípios ou empresas que apresentarem um trabalho ambientalmente correto recebam um selo ou certificado ambiental, compensando de alguma forma essas instituições, visto que essas ações têm custo. A Conselheira MARIA ARLETE ROSA da SANEPAR comentou que estamos vivendo a era dos Planos para todas as áreas de política pública, e que se coloca como desafio a integração desses planos ou desses marcos regulatórios. Destacou que a lei de saneamento define como saneamento básico: água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e vetores. Que todas essas áreas de saneamento terão que ter seus planos, além dos planos de recursos hídricos e planos municipais. Mencionou que os Planos Diretores Municipais estão prontos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos de Bacia estão em elaboração, e que cabe à SANEPAR a responsabilidade de elaborar o Plano de Saneamento, articulando água, esgoto e lixo. Propôs a criação de uma Câmara Técnica ou um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho para tratar da integração de todos esses Planos. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM destacou que os municípios estão totalmente carentes de boa cartografia, o que dificulta ou impossibilita a elaboração de Planos Diretores ou planos de recursos hídricos. Comentou que talvez o ITCG venha suprir essa carência, ou a SEDU que contratou trabalhos para esta finalidade, ou que a COPEL pudesse disponibilizar o seu acervo de mapas contratado ao longo dos últimos anos, que são mapas de qualidade e confiáveis, mas que apenas a SEDU tem acesso aos mesmos. Propôs que através do CERH/PR se fizesse uma gestão junto ao Governo do Estado para que saia o trabalho da SEDU ou que a COPEL disponibilize esses mapas. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES assumiu o compromisso de fazer uma reunião com entidades do Governo para fazer a discussão sobre essa centralidade das informações e demandas de cada Secretaria e órgãos do Governo. A seguir colocou em votação o referendo dos três subprogramas encaminhados ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, como **oitavo item de pauta – apresentação do planejamento da expansão do setor elétrico e o aproveitamento do potencial hidráulico no Estado do Paraná**, convidou o representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Sr. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI, para fazer a apresentação e agradeceu a sua presença e disponibilidade. O mesmo se apresentou e agradeceu o convite feito pelo Presidente do Conselho. Iniciou a apresentação (**vide anexo 2**) comentando a organização institucional do setor elétrico brasileiro e as competências de cada instituição. Apresentou o modelo institucional do setor elétrico brasileiro, o planejamento energético, a matriz energética, a configuração do sistema elétrico brasileiro, a expansão do setor elétrico e a situação do setor elétrico na Região Sul. Terminou a exposição colocando o Ministério de Minas e Energia à disposição da Plenária do Conselho. Em tendo o Presidente Lindsley da Silva Rasca Rodrigues se ausentado da reunião durante a apresentação, por motivos de viagem, o Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS assumiu a presidência do CERH/PR e inicialmente agradeceu a apresentação do representante do MME. Em função do adiantado da hora propôs

abrir para breves comentários. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL disse entender que existem três verdades: a verdade do Ministério de Minas e Energia; a verdade da sociedade civil; e a verdade. Mencionou que teria uma série de comentários e críticas às informações apresentadas, e que gostaria de ter espaço equivalente para apresentar as informações que obteve ao longo dos dois anos de pesquisa para o seu mestrado. O Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS concordou com essa apresentação em reunião extraordinária a ser realizada no mês seguinte. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL criticou que na apresentação feita foi apresentada uma fotografia da situação em junho de 2006, no momento da maior crise que houve no sul do Brasil, que não poderia ser tomada como padrão para influenciar o Conselho em futuras decisões a serem tomadas. Entendeu que também deveria ser apresentada uma fotografia do dia que mais fornecemos energia ao resto do País. Comentou que nos planos decenais a expectativa de crescimento é de 5,1%, no entanto o crescimento em 2005 foi de 3,8% e em 2006, de 4,1%. Lamentou que em função da Lei Kandir os tributos do setor industrial são recolhidos no Sudeste, e que os ônus ambientais e sociais, os índios sem-terra e as famílias de ribeirinhos sem-terra ficam no Estado do Paraná. Agradeceu a oportunidade de poder fazer uma apresentação na próxima reunião, e que a intenção era de colaborar, e não apenas fazer críticas. Disse que é a favor de construção e da utilização de fontes alternativas, exemplificando a energia solar, e que não podemos, segundo o ex-secretário nacional de recursos hídricos, Sr. Raimundo Garrido, ter um parque hidrelétrico superior a 75% do nosso consumo de energia elétrica. Parabenizou a apresentação feita pelo representante do Ministério, mas que essa discussão não poderia ficar apenas na explanação do mesmo, e que gostaria de poder fazer um contraponto à apresentação feita. O Conselheiro CLÁUDIO PALOZI do Município de São Jorge do Patrocínio manifestou interesse em discutir essa questão na próxima reunião. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM também manifestou-se favorável ao debate, porque a exposição esclareceu que ao passo que Itaipu está situada no Paraná, a energia gerada é considerada do Sudeste, o que faz com que o Paraná passe a ser deficitário em termos de energia, o que disse considerar uma situação anômala, tendo o Sul 6% da energia nacional, contra os 69% do Sudeste. E que o Paraná, que precisa comprar energia, uma vez que é deficitário, não tem nenhum benefício pela energia que exporta. Propôs que o debate fosse aprofundado, visto que existe um rol de novas hidrelétricas previstas no Paraná. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da PGE disse entender que seria importante o debate, aproveitando a presença do representante do Ministério, mesmo que fosse com tempo limitado. O Conselheiro CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do IAP propôs que se fizesse o debate numa próxima reunião, contando com a presença do Ministério de Minas e Energia. O Sr. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI disse da importância do debate, e que não se pode comparar a geografia territorial com a geografia elétrica. Propôs numa próxima reunião trazer representante da ONS, que estabelece procedimentos de rede em função das determinações geoeletricas, que tem a ver com estabilidade de sistema, com mercado, com controle e outras variáveis, e também representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Ministério de Minas e Energia – MME e da Empresa de Pesquisa Elétrica – EPE. Disse que amplo material para discussão poderia ser encontrado nos sites da ONS, EPE e MME. Pediu que solicitação formal fosse encaminhada ao Ministério para viabilizar a agenda dos técnicos destas instituições. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM disse

estar mais tranqüilo por saber que um assunto de tamanha importância seria debatido com mais profundidade, sugeriu reunião extraordinária para discutir o assunto, e solicitou que a apresentação fosse disponibilizada aos Conselheiros. O Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA sugeriu que reunião extraordinária fosse agendada entre os dias 20 e 30 de agosto próximo, o que foi colocado em votação pelo Presidente em exercício ALLAN JONES DOS SANTOS e aprovado por unanimidade. Na seqüência passou ao **nono item de pauta – apoio à realização do IX Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica** a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2007 em Foz do Iguaçu/PR. O Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, MAURI BARBOSA PEREIRA, fez os informes sobre o referido Fórum (**vide anexo 1**), que congrega aproximadamente 140 Comitês de todo o Brasil. Mencionou que o tema central deste Fórum seria os 10 (dez) anos da Política Nacional de Recursos Hídricos e apresentou o cartaz do evento. A seguir fez um relato da programação do evento, que contará com Minicursos – Oficinas, Visitas Técnicas, relato de experiências pelos CBHs, Mesas Redondas, Assembléias do FNCBH, bem como eventos paralelos (reuniões de Câmaras Técnicas do CNRH). Discorreu sobre os temas propostos para os minicursos (**anexo 1**), que seriam definidos em reunião a ser realizada em Salvador. Mencionou as instituições que estariam apoiando o evento, sendo que na seqüência, o Presidente em exercício, ALLAN JONES DOS SANTOS, mencionou que o apoio de demais instituições seria muito bem vindo. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN perguntou da possibilidade de ajuda de custeio das instituições da Sociedade Civil pela SEMA ou pelos patrocinadores do evento, e solicitou que essa possibilidade ficasse registrada em ata. O Presidente em exercício, ALLAN JONES DOS SANTOS, passou ao **décimo item de pauta – apresentação das publicações “Séries Bacias Hidrográficas” e “Entendendo Mudanças Climáticas”**. A Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que além de publicação de todas as bacias hidrográficas, contendo uma série de informações sobre as mesmas, foi feita uma publicação sobre a Política e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Também apresentou a publicação sobre Mudanças Climáticas, elaborada pela SEMA, tema este que o Conselheiro Eduardo Salamuni já havia solicitado que fosse abordado numa reunião do Conselho. Aproveitou para comunicar que até o final do ano haveriam mais três reuniões do CERH/PR, uma extraordinária para tratar do tema “planejamento hidroenergético”, outra extraordinária para tratar de assuntos de revisão da lei estadual de recursos hídricos e ainda uma reunião ordinária para apresentação e aprovação do diagnóstico do Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM parabenizou o material produzido pela sua qualidade, e solicitou que os mesmos fossem disponibilizados via internet, sendo que o coordenador de recursos hídricos da SEMA MAURI BARBOSA PEREIRA, mencionou que os mesmos já estavam disponibilizados na página da SEMA. No **décimo primeiro item de pauta - Assuntos Gerais**, o Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, por ter que se ausentar antes do final da reunião, tratou de Assuntos Gerais no decorrer da reunião. Comentou o Encontro de Bacias Transfronteiriças promovido pela SEMA e realizado em Foz do Iguaçu, envolvendo o Paraguai e a Argentina, com a presença significativa de técnicos, onde foi deliberado sobre um cronograma contendo um conjunto de ações, bem como sobre o encaminhamento de uma moção de apoio ao Presidente do Paraguai referente à aprovação da lei de recursos hídricos naquele país. A respeito deste assunto, o Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA

AMBIENTAL mencionou que durante a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos participou de reuniões da Câmara Técnica de Águas Transfronteiriças, e que não existia consenso em relação à gestão do Lago de Itaipu. Enquanto a ANA entende que é de competência Federal, o Itamaraty entende que não é da alçada do Brasil, e que estaria abrangido pelo Tratado de Itaipu. Solicitou esclarecimentos ao coordenador de recursos hídricos da SEMA, que milita há muito nesta Câmara Técnica, e solicitou que os documentos gerados no evento fossem disponibilizados. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES acatou a solicitação e mencionou ainda que neste evento foi assinado um termo de cooperação com a Itaipu Binacional, que estaria financiando o Termo de Referência para elaboração do Plano de Bacia do Paraná III. Mencionou também, que quando estava à frente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, solicitou que fosse providenciada a Licença Ambiental da Usina e recebeu como resposta que esta questão deveria ser tratada via Embaixada do Brasil com o Paraguai, e que este é um tema para discussão. O Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, MAURI BARBOSA PEREIRA, disse que toda a documentação gerada neste evento estavam disponíveis na página da Itaipu Binacional, mas com link na página da SEMA. Ao final da reunião, já sob a presidência do Diretor Geral da SEMA, ALLAN JONES DOS SANTOS, o Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM mencionou que no Congresso Nacional estava tramitando uma proposição do Deputado Gustavo Fruet para que seja redefinido os espaços do Mar Territorial dos Estados do Paraná e Santa Catarina, e o quão grave será para o Paraná, se não for acatada essa nova legislação, ou se a decisão do Supremo Tribunal for favorável a Santa Catarina. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL comentou a importância do tema levantado, e que talvez a Conselheira Heloísa Bot Borges, da PGE, pudesse dar maiores informações a respeito. Disse que teve a oportunidade de estudar com a pessoa que fez o laudo pelo qual o Estado de Santa Catarina tem vencido em várias instâncias esse processo contra o Paraná. Mencionou que o Brasil é signatário de um tratado internacional que regula o estabelecimento de fronteiras com outros países, que foi internalizado no nosso Direito por uma Resolução do Congresso, e que faz com que a disputa de fronteira com Santa Catarina se dê desta forma. Mencionou que a Emenda do Deputado Gustavo Fruet deverá enfrentar percalços jurídicos muito sérios, e que a articulação política deverá ser muito forte, e sugeriu uma Moção do CERH/PR de apoio a essa Emenda. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI da SEIM disse que a PGE já tinha uma reflexão muito grande sobre o assunto, mas que achava importante uma apresentação sobre o assunto à Plenária do Conselho. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da PGE propôs, juntamente com os Conselheiros Rafael Filippin e Eduardo Salamuni, juntar o material sobre o assunto e fazer uma síntese escrita da questão para os Conselheiros para a próxima reunião. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS do CEDEA, disse que as publicações “Série Bacias Hidrográficas do Paraná” eram um avanço quanto à compreensão do significado de uma bacia hidrográfica, que deixou de ser meramente uma unidade de gestão e planejamento, passando a ser um novo território e que é objeto do seu estudo de doutorado na Universidade Federal do Paraná. Destacou a importância da participação de todos os setores representados nos Comitês no Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. Mencionou a responsabilidade do Conselho em instituir Comitês de Bacia em todo o território paranaense. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da LIGA AMBIENTAL mencionou que na semana anterior houve a primeira audiência pública do processo de licenciamento ambiental da Usina

Hidrelétrica de Tijuco Alto, e que há mais de dois anos foi protocolado requerimento junto ao Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, e que até a presente data o assunto não foi colocado em pauta, e que na falta de manifestação do Comitê, iria trazer este assunto para o Conselho. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA disse entender que o assunto deveria ser trazido para o CERH/PR, visto que atualmente a área de abrangência do Comitê instalado não se estende até o baixo Ribeira. Solicitou também que quando os Conselheiros tiverem alguma demanda de pauta, que isso fosse encaminhado à Secretaria Executiva do CERH/PR. Sem mais assuntos a tratar, o Presidente em exercício, ALLAN JONES DOS SANTOS, passou ao **último item da pauta – encerramento**, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 13 dias de agosto de 2007.

De acordo
Curitiba, 27 de agosto de 2007

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos